

Assim, nos termos do Art. 65, inciso I, alínea "h", do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pugno pela apreciação desta questão de ordem de modo imediato, sob pena de a resposta não permitir o uso da palavra, presidente, para fazer orientação aqui aos meus pares.

E complemento, Sr. Presidente. Pergunto a V. Exa., já que o senhor participou do processo de votação, se é regimental que o senhor presida esta sessão neste momento, visto que o senhor já participou do processo de votação e o presidente Cauê Macris precisava seguir presidindo esta sessão.

O senhor já fez aqui o seu voto, já teve a orientação da bancada e o senhor preside a sessão aqui neste momento. Eu pergunto para V. Exa. se é regimental neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Esta Presidência recebe a questão de ordem de V. Exa. e será respondida no momento adequado.

Com a palavra o deputado Campos Machado pelo tempo restante da sessão: cinco minutos.

- Assume a Presidência o Sr. Cauê Macris.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Só cinco minutos? Sr. Presidente, eu queria dizer ao deputado Maurici, da querida Franco da Rocha Diz-se que Gonçalves Dias dizia: "A vida é um combate que aos fracos abate e aos fortes e bravos só faz exaltar".

Eu prefiro perder do lado certo do que ganhar do lado errado, mas aqui, nesta Casa, tem um artista, uma atriz que acha que é responsável por tudo. O roteiro, dizia ela há pouco aqui da tribuna, mentindo como sempre, que ela que fez tudo; ela que trabalhou. Aí eu indago: e o meu roteiro? Se o meu roteiro fosse aprovado, caro deputado Douglas, essas dez empresas seriam mantidas.

Ai eu pergunto à Sra. Paschoal: qual é a vantagem que teve nesse requerimento aprovado, se o nosso, se aprovado, meu caro deputado Telhada, ia manter as dez empresas? Eu indago: por que só retirar quatro empresas? Me desculpe, deputado Barros Munhoz, com seus cabelos envoados pelo tempo e experiência, mas esse "projeticídio" é um projeto que denigre a Casa, que traz a Casa para o chão.

O Art. 24 é um artigo suicida. Tira as forças da Assembleia, reduz a Assembleia Legislativa a pó. Meu caro deputado Sargento Neri, está aqui. Eu quero ver algum deputado contestar o Art. 24. Tem aqui? Não.

Subitamente aparece a rainha de Sabá. Aí a rainha de Sabá se acha acima do bem e do mal. Ela sozinha fez tudo, por quê? Se ela tinha tanto interesse em preservar as empresas, por que não permitiu que votasse o nosso requerimento, deputado Caio França?

Eu saio desolado, triste. E quando ataca o Partido Novo, com todas as dificuldades que eu possa ter com ele, eu acho profundamente injusto. Vocês estão sendo injustiçados, porque vai ter aumento de imposto sim.

Quem fala que não tem está no time dos que vão receber emenda. Quem vai permitir que seis empresas das dez sejam extintas vai receber emenda do governo sim. Nós queremos aprovar, rejeitar as dez empresas.

Nós não saímos perdedores não. Nós saímos vencedores, porque lutamos em conformidade com a nossa consciência. Lutamos pela verdade, buscamos horizontes. Sonhamos e imaginamos que esta Casa, deputado Conte Lopes, ia ter coragem suficiente para se rebelar diante da mão estendida de 30 milhões de emenda.

Eu sinto vergonha e vou deixar esta tribuna envergonhado, entristecido, 30 anos nesta Casa. Nós estamos saindo de rastros. Eu volto a dizer, meu caro coronel: nós não fomos derrotados não.

Nós fomos traídos por vendilhões de plantão, parlamentares que acreditaram que vale a pena jogar a consciência fora, votar contra o povo para receber 30 milhões de emenda. E um deputado hoje confessou na sua sala...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos, peço desculpas a Vossa Excelência. Preservados os cinco minutos que restam ainda do seu encaminhamento, nós esgotamos o tempo da presente sessão e V. Exa. terá oportunidade de concluir a fala de V. Exa. em um próximo momento de deliberação desta matéria.

Então, esgotado o tempo da presente sessão, está levantada a sessão.

- Encerra-se a sessão à zero hora e 40 minutos.

14 DE OUTUBRO DE 2020 74ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão; e uma segunda sessão extraordinária, a ser realizada hoje, dez minutos após o término da primeira sessão.

2 - CASTELLO BRANCO

Discorre sobre o veto ao PL 317, de sua autoria. Esclarece que o projeto tem como objetivo a alteração do Fundo Penitenciário do Estado de São Paulo, Funpesp, para que sejam destinados recursos para o bloqueio de sinais celulares nas penitenciárias estaduais. Exibe slides sobre o assunto. Mostra a publicação no Diário Oficial. Considera o veto como uma ajuda ao crime organizado.

3 - CARLOS GIANNAZI

Comenta redução de verbas para o setor da Cultura. Lembra o movimento contra o fim da Banda Sinfônica no governo Alckmin. Critica a demissão de músicos consagrados e com grande experiência musical. Ressalta que quatro destes são idosos e dois representantes dos músicos em associações. Considera as demissões como perseguição política àqueles que representam os interesses da categoria. Exige a imediata recontração dos músicos. Destaca a necessidade do governo de aprovar a lei orgânica que regulamenta a Polícia Penal no Estado, com urgência. Afirma que a legislação precisa ser cumprida.

4 - MAJOR MECCA

Cita entrevista do governador João Doria à Rede Bandeirantes, na qual foi cobrado pelos pêssimos salários dos melhores policiais do País. Critica o governador por ter respondido que foi iniciada a valorização da categoria no Estado. Esclarece que os policiais de São Paulo são desprestigiados e que receberam somente 5% de aumento em 2019. Considera que a Polícia Militar está sendo novamente enganada com o PL 529/20. Pede maior atenção ao alto comando da instituição. Lê os artigos 25 e 26 do projeto. Questiona a necessidade da colocação dos mesmos no projeto.

5 - PAULO LULA FIORILO

Informa que na última sessão extraordinária, o governo de João Doria conseguiu aprovar o substitutivo do deputado Alex de Madureira ao PL 529/20, com 48 votos, o número exato para a aprovação. Lê post do governador sobre a aprovação do projeto em suas redes sociais. Faz comparativos entre o Orçamento de 2020 e de 2021 do governo estadual. Considera que a população mais carente

será prejudicada com o corte em diversas pastas. Lamenta a perda de aproximadamente 450 milhões de reais pela Fapesp, prejudicando a pesquisa no Estado. Destaca trecho da Bíblia. Lembra que hoje continuam os debates sobre os destaques do PL 529/20.

6 - CASTELLO BRANCO

Discorre sobre as razões pelas quais o governador vetou o PL nº 317, de sua autoria. Considera que pode ter havido falta de uma boa assessoria jurídica, má fé ou retaliação ao deputado pelo seu voto contrário ao projeto de reforma administrativa apresentado pelo governo. Informa que sua equipe fez um levantamento minucioso de todos os 89 imóveis presentes no PL 529/20. Afirma que os mesmos representam cerca de sete milhões de metros quadrados e mais de um trilhão de reais. Cita irregularidades nas escrituras destes imóveis. Ressalta que, apesar da aprovação do substitutivo ao PL 529, a oposição sai fortalecida, responsável, transparente e acreditando na causa pela qual lutam.

7 - CARLOS GIANNAZI

Concorda com o pronunciamento do deputado Paulo Lula Fiorilo em relação ao post nas redes sociais do governador. Ressalta que não há cobrança pelo governo das dívidas ativas de muitas empresas, que devem 340 bilhões de reais para o Estado. Cita algumas destas empresas. Lamenta que, ao invés de cobrar a dívida, a opção do governo é o desmonte do Estado. Menciona a redução do orçamento das empresas que serão salvas pelo PL 529/20 para o próximo ano. Cita os ataques ao Meio Ambiente, com a extinção de empresas ligadas à área. Destaca diversos problemas na aprovação deste projeto. Considera uma vergonha o voto favorável a este projeto.

8 - PAULO LULA FIORILO

Faz comparações entre o Orçamento de 2020 e o projetado para 2021. Esclarece que o impacto das quatro empresas retiradas do PL 529/20 é pequeno no Orçamento do Estado. Defende a retirada de todas as empresas do projeto. Afirma que a reforma da Previdência aprovada nesta Casa não resolveu o problema. Considera que a crise pós-pandemia será gravíssima. Discorre sobre a forma e o tempo como o substitutivo ao PL 529 foi aprovado.

GRANDE EXPEDIENTE

9 - CASTELLO BRANCO

Tece considerações sobre a união entre bancadas nesta Casa, contra o PL 529/20. Pede aos pares que mantenham o relacionamento. Critica o conteúdo da propositura. Compara a aprovação da matéria com o naufrágio do Titanic. Comenta palestra de Dom Bertrand de Orléans e Bragança. Reflete sobre os ideais do professor Henrique José de Souza.

10 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 15/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Vamos neste momento começar os nossos trabalhos chamando os deputados para fazerem uso da palavra no Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Castello Branco. Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, convocação.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 47ª sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 15/10/2020.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 48ª sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 15/10/2020.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra o deputado Castello Branco.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, população de São Paulo que nos prestigia com sua audiência na Rede AleSp de comunicação, boa tarde. Hoje, 14 de outubro de 2020, uma quarta-feira, 14 horas e 39 minutos. O que nos traz hoje aqui novamente é o Projeto de lei nº 529, porém vou falar mais dele na Lista Suplementar.

Neste momento, nós vamos falar do veto que ocorreu ao meu Projeto de lei, o 317, que tem tudo a ver com o 529, como veremos a seguir. Então, houve uma proibição, uma não autorização ao Projeto de lei nº 317 de minha autoria, senão vejamos. O governador do estado de São Paulo vetou, ou seja, não autorizou o projeto de lei de autoria do deputado Castello Branco, aprovado nesta Casa no dia 15 de setembro de 2020. Esse projeto de lei visava a alterar o Fundo Penitenciário do Estado de São Paulo - Funpesp.

A medida previa estabelecer uma nova hipótese de destinação dos recursos da Fundação Penitenciária do Estado e consistia na instalação, custeio e manutenção do bloqueio de sinais de celulares em estabelecimentos penitenciários. O projeto previa inclusive que fossem utilizados recursos provenientes do Funpesp para esse tipo de serviço, ou seja, bloquear celulares do crime organizado.

A intenção do projeto, além de atualizar e modernizar a legislação vigente sobre o fundo, é impedir que presos, principalmente as lideranças do crime organizado, tenham acesso a conexões, a rede de celulares e com isso comandem o crime organizado de dentro das 171 unidades prisionais do estado de São Paulo.

É importante registrar que, apenas no ano de 2020, esse fundo penitenciário já tem uma dotação orçamentária de aproximadamente 20 milhões de reais e, entretanto, esse fundo já arrecadou excepcionalmente mais 41 milhões de reais, uma vez que o governo federal transferiu 34 milhões do Fundo Nacional para o Fundo Estadual Penitenciário.

Ele se opõe com o veto total. O governo comete mais um grave erro e depois quer a simpatia deste deputado. Se não usa verba destinada para esses recursos, ele está endossando o crime organizado? Essa é a pergunta que eu faço à Secretaria de Segurança Pública, inclusive. Por que ele não autorizou? Ele alega que o recurso já foi gasto. Gasto com o quê?

Na mensagem de veto do governador, que está aqui publicada no Diário Oficial, ele justifica que isso é competência privativa do chefe do Executivo para exercer a direção superior da Administração Pública. Além do mais, cita que o PL desrespeita

as limitações decorrentes do princípio da separação de poderes e do princípio da reserva da Administração, que impedem a ingerência do Poder Legislativo em matérias sujeitas à competência do Executivo.

Ou seja, este aqui é o quadro de receitas arrecadadas em 2019; olhe só. Vale lembrar que o grande parceiro da transferência de recursos do Funpesp é o Fundo Penitenciário Nacional. É dinheiro que o governo Bolsonaro mandou para o Governo do Estado de São Paulo para que fizesse bom uso desse recurso, coisa que ainda não fez.

Também aqui nós temos outra passagem das unidades federativas para o sistema prisional. Este é apenas um dos muitos problemas constatados no Tribunal de Contas da União. Estão aí várias provas de que dinheiro não falta. Terminando, Sr. Presidente, quem ganha com esse veto do Sr. Governador, nobres deputados aqui presentes? É o crime organizado.

Parabéns, Governo do Estado de São Paulo. Primeiro, justificativa errada, porque é poder do Legislativo liberar dinheiro de um fundo que não era previsto para isso. O advogado que fez isto aqui deveria ler melhor; para mim é competente. Em segundo lugar, Sr. Governador, preste atenção no que o senhor acaba de fazer. O senhor vem falar mal do STF e faz a mesma coisa em São Paulo. Parabéns por ajudar o crime organizado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. Não vai fazer uso da palavra.

Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental agora no Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, há três, quatro anos, nós acompanhamos aqui em São Paulo a destruição, o desmonte da Banda Sinfônica do Estado de São Paulo.

O Governo do Estado tem atacado exaustivamente a Cultura, reduzindo as verbas desse setor, mas me lembro que no governo Alckmin nós fizemos um movimento forte aqui na Assembleia Legislativa contra o fim da Banda Sinfônica.

E o PSDB agora, nós contente com o fim da Banda Sinfônica, não contente com os cortes orçamentários criminosos na área da Cultura, agora tenta desmontar a Jazz Sinfônica, Sr. Presidente, que é uma banda importante do estado de São Paulo, que tem renome internacional.

Agora houve a demissão, nestes dias, de seis músicos. Seis pessoas foram demitidas, Sr. Presidente, e isso é grave. Primeiro, que são músicos consagrados, pessoas com experiência musical, tanto é que essas pessoas estão lá há muitos anos. São pessoas inclusive - quatro delas - idosas, e duas delas pertencem, são representantes dos músicos da Jazz Sinfônica e participam de uma associação.

Então, nós estamos recebendo denúncias de que há perseguição política a duas pessoas, porque elas representam os interesses, logicamente, dos músicos, que devem se organizar para ter os seus direitos garantidos, sua dignidade. Outras pessoas foram demitidas por conta da idade, Sr. Presidente, porque são idosas. Ou seja, em plena pandemia, o governo Doria começa a desmontar também a Banda Sinfônica.

Nós já estamos pedindo, Sr. Presidente, explicações através de requerimento de informação. Estamos também pedindo a convocação do representante da Jazz Sinfônica e também da Fundação Padre Anchieta para que eles venham depor aqui na nossa Comissão de Educação e Cultura.

Então, nós vamos tomar providências em relação a essa perseguição política e também a essa demissão, que tem um caráter preconceituoso contra pessoas idosas, porque a justificativa da demissão foi apenas uma decisão administrativa, motivos administrativos, e nós sabemos que não é. Então, os organizadores, os gestores da Jazz Sinfônica terão que se explicar aqui, e nós vamos defender a imediata readmissão dos seis músicos demitidos.

Sr. Presidente, quero aproveitar ainda a oportunidade para exigir que o governo Doria encaminhe para a Assembleia Legislativa a proposta de emenda à Constituição Estadual regulamentando a polícia penal, porque essa regulamentação já aconteceu no ano passado.

Foi aprovada uma emenda no Congresso Nacional, a Emenda no 104, e até agora o estado mais rico da federação, que tem o maior sistema prisional da América Latina, não fez a sua regulamentação ainda. E nós sabemos por quê.

Para nós, é muito claro que o governo não está regulamentando porque, além da emenda constitucional, o governo depois tem que aprovar uma lei complementar, uma lei orgânica.

Tem todo um trâmite, todo um trajeto para regulamentar de fato a polícia penal no estado de São Paulo. Mas nós estamos entendendo, Sr. Presidente, que, como esse serviço prisional é um serviço essencial e de prerrogativa exclusiva do estado, isso se choca com a intenção e com o projeto do Doria de privatizar os presídios.

A partir do momento em que ele privatiza os presídios, isso se choca exatamente com a regulamentação da polícia penal no estado de São Paulo. Por isso nós entendemos que isso é de propósito. Mas o governo tem que cumprir a legislação, tem que cumprir a Constituição Federal. Inclusive, já foi organizado um grupo de trabalho junto com sindicatos da categoria, que apresentaram propostas.

A Secretaria de Administração Penitenciária já encaminhou o projeto, me parece, para a PGE, para a Procuradoria, para a Casa Civil, e até agora nada, Sr. Presidente. Já tem uma proposta, feita coletivamente pelos vários segmentos do sistema prisional. A proposta foi apresentada, repito, para a Casa Civil, para o governo, e até agora o governo não encaminhou a proposta para a Assembleia Legislativa.

Então, eu faço aqui esta exigência: governador Doria, regularmente a polícia penal do estado de São Paulo em caráter de extrema urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Com a palavra, o deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Gil Dimiz. (Pausa.) Deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É impressionante nós acompanharmos a cara de pau do governador João Doria. Ontem, numa entrevista à Rede Bandeirantes, para o jornalista Datena, ele foi cobrado, do entrevistador, sobre São Paulo ter as melhores polícias do Brasil e os piores salários.

Ele teve a cara de pau de dizer que iniciou uma valorização e agora está impedido, transferindo a responsabilidade para o presidente da República. É muito cara de pau. Ele nunca deu início a valorização alguma; ele só fez desprestigiar os nossos policiais.

Apresentou nesta Casa aqui, em 2019, cinco por cento, que nem recomposição inflacionária representa, e eu votei "não". Votei "não" a pedido da tropa, a pedido de todos os policiais que se manifestaram no sentido de não aceitar esmola.

É incrível como os nossos representantes aqui - repito -, que usam, envergam a mesma farda, ainda se sujeitam a esse jogo do Governo do Estado de São Paulo, a esse jogo do PSDB.

Agora, no PL 529, eles colocam novamente os bodes na sala para querer conseguir voto. Novamente, no 529, citaram o Fepom, citaram o Fesie, sabe para quê? Eles colocam lá para

nos enganar, para fazer troca de votos, e os nossos parlamentares aceitam. Aceitam esse jogo.

Estamos sendo enganados. Alto comando da Polícia Militar: está na hora de acordar e não permitir ser usado de joguete político. Por que colocar de novo aqui o Fepom e os Fundos do Bombeiro, como já pegaram agora, durante a pandemia? Qual é o objetivo? O objetivo é para nos enganar. Qual o objetivo de colocar no Art. 26-A, que eu vou ler para vocês aqui? Qual o objetivo?

Art. 26-A: "O militar do estado transferido para a reserva poderá ser designado para exercer especificamente funções administrativas, técnicas ou especializadas nas organizações policiais militares enquanto não atingir a idade limite de permanência na reserva". O Art. 25 diz: "A idade limite de permanência na reserva são 70 anos". Para que colocar isso num projeto de lei?

Acorda, toda polícia do estado de São Paulo; nós estamos sendo usados. Há muitos anos trabalhando, morrendo, deixando nossas famílias para servir de propaganda política para esses indivíduos, para esses elementos.

E ficam com esse jogo, utilizando a corporação, utilizando os nossos policiais militares, que passam necessidade, passam dificuldade, nos usando para aumentar impostos do povo de São Paulo.

Eu venho aqui, eu grito, sim. Eu falo alto, sim, porque é o que o povo queria fazer com todos os senhores, gritar na cara dos senhores. Não suporta mais esse jogo da política que privilegia os grandes e abate os pequenos. Isso é falta de dignidade com o ser humano. Quer enganar quem?

Agora vem falar que preservou a Caixa Beneficente, o Fepom. Isso é proposital, para nos enganar. Vocês parecem um monte de chapeuzinho vermelho passeando na floresta, e o lobo com os olhos grandes, querendo nos jantar, e vocês permitem. Tenha santa paciência.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra a deputada Valéria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Lula da Silva. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Dirceu Dalben. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Roberto Morais. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.)

Senhoras e senhores, neste momento vamos passar à Lista Suplementar, chamando o deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Paulo Lula Fiorilo. Fique à vontade com o tempo regimental a que V. Exa. tem direito.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem nos assiste pela TV AleSp, hoje, no início da madrugada, o governo conseguiu aprovar o substitutivo do deputado Alex de Madureira. Por que estou dizendo isso? Porque tem muita gente dizendo assim: "o governo aprovou". Ainda não; o governo aprovou o substitutivo.

Teve 48 votos, exatamente o número de que ele precisava, por um esforço muito grande, que envolveu, inclusive, emendas parlamentares, que envolveu benesses que ninguém sabe exatamente quais são, para poder conseguir 48 votos. E hoje o governador posta nas suas redes sociais o seguinte texto, que vou reproduzir na íntegra e com toda a precisão.

"Parabenizo os deputados estaduais da Assembleia Legislativa, que votaram favoravelmente pela aprovação da Reforma Administrativa de São Paulo. Vocês honraram seus mandatos e garantiram a saúde fiscal do Estado, para assegurar o atendimento aos mais pobres e desvalidos em São Paulo."

Se não fosse o que eu estou lendo aqui, assinado pelo governador, eu diria que é uma fake news, porque vamos aos números. Governador, governador! O senhor, preocupado com os desvalidos?

Olha só, Orçamento do ano que vem. Secretarias importantes. Vamos pegar a da Saúde. A Secretaria da Saúde, este ano, tem um orçamento de - estaria comparando o orçamento, e não o executado, porque não seria justo com o governador - 24,5 bilhões. Sabem para quanto vai? Porque vai aumentar para os desvalidos: 23,7 bilhões. Menos 820 milhões.

Vamos seguir para uma outra secretaria importante, que é a secretaria que deveria cuidar principalmente dessas questões ligadas à Assistência, e tal, a Secretaria de Desenvolvimento Social: menos 41,9 milhões.

Vamos ver, talvez ele tenha aumentado em algum lugar importante. Sei lá, Secretaria de Transporte, que está dando 1 bi a mais. Secretaria de Educação, que está dando 2,7 bi a mais.

Agora, governador, para quem mais precisa, para quem está na ponta, o senhor não vai dar nada. Vamos lá. Eu queria pegar uma outra secretaria. Vamos pegar a da Fazenda. Da Fazenda ele tirou tudo, porque deu tudo para o Mauro Ricardo. Mas, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico Regional, que é uma secretaria importante, porque é do "Vinholino", aumentou 207 milhões. Na Secretaria de Habitação, aumentou 178 milhões.

Eu não estou entendendo onde é que estão os pobres nesse discurso. Será que é para enganar os deputados que votaram? Só pode. Para dizer que "o governador está preocupado". É impressionante como esse governador está preocupado. Vamos continuar, porque tenho pouco tempo. Depois quero ver se ainda volto.

A Economia que ele vai fazer, mantendo as quatro, é de 398 milhões do Orçamento, 27% do total das dez. São 4 mil, quase 5 mil funcionários. Está mantendo 1.681. Agora, o pior é quando a gente vai olhar o que sobrou de orçamento para a Furp.

Ele tirou 16 milhões, quase 17 milhões. Ele tirou do Onco-centro 262 mil. Ele tirou, do Fundo do Instituto do Itesp, 1 milhão 811 mil. Ele tirou, do Instituto de Medicina do Imesc, 3 milhões, quinhentos e cinquenta.

Governador, que Twitter é esse? Enganar quem? Pior: a Fapesp vai perder 454 milhões da DRE, Desvinculação de Receita do Estado, 454 milhões a menos. Eu vou dizer uma coisa aqui, deputado Gilmaci, que o meu tempo está se esgotando.

Eu fui presenteado com uma Bíblia. O senhor sabe que eu sou católico e leitor da Bíblia. A Bíblia que eu ganhei é uma Bíblia comentada. O senhor deve conhecer bem. Resolvi destacar um trecho dela, que acho que é importante. É a Segunda Carta de São Paulo a Timóteo.

"Quanto a mim, já fui oferecido em aspersão, e chegou o tempo da minha partida. Combati o bom combate. Terminei a corrida. Conservei a fé. Agora já está reservada para mim a coroa da justiça, que o Senhor, o justo juiz, me dará naquele dia. E não somente para mim, mas para todos que estiverem esperando com amor a Sua aparição."

Quero fazer uma comparação. Aqui, muitos estão combatendo o bom combate e não desistiram. Vão continuar combatendo, porque nós temos ainda um outro debate na noite de hoje, às 19 horas, que é o destacamento no roteiro que foi aprovado, que são as emendas com que o governo se comprometeu para ganhar voto da deputada Janaina, para ganhar voto de outros deputados, para aprovar esse projeto que é pernicioso para o estado, porque atinge deficientes do IPVA, porque não tira a cesta básica do ICMS, nem tira remédio.

Tem gente falando que vai tirar. Não vai. Não é verdade. Não está escrito no texto. No texto, vale o que está escrito. Se o governador tem a intenção, como essa, de que vai proteger os pobres e desvalidos, eu queria dizer que é uma mentira deslavada o que o governador escreve nesse caso do Twitter.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Castello Branco.